



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Fundação Oscar Niemeyer sob nova presidência

O ex-prefeito de Conceição do Mato Dentro (MG) José Fernando Aparecido (PV) é o nome de consenso para administrar a entidade encarregada de manter vivo o legado de Oscar Niemeyer. Ex-deputado federal José Fernando tome posse hoje como novo presidente da Fundação Oscar Niemeyer, com a missão de contemplar toda a família do grande arquiteto que ainda disputa pela assinatura do arquiteto carioca. José Fernando foi escolhido pela trajetória e história pessoal. Ele é filho do ex-governador do DF José Aparecido de Oliveira, que também presidiu a entidade. A posse ocorrerá hoje na Fundação, no Rio de Janeiro.



Reprodução/Reitas Sociais

Candidatura própria

Na plataforma, apresentado na campanha à Presidência do PT-DF, Guilherme Sigmaringa defende candidatura própria do partido ao Palácio do Buriti no próximo ano e o foco na eleição da deputada Erika Kokay (PT) ao Senado. O partido, assim, abre possibilidade de divisão do campo progressista na campanha de 2026. Mas a tese de lançar um nome que dê protagonista ao partido tem conquistado maioria entre os dirigentes.



Arquivo Pessoal

Digitalizar para crescer Uma das estratégias propostas pelo grupo de Guilherme Sigmaringa é melhorar a comunicação do partido nas redes sociais. "O PT-DF precisa se reconfigurar digitalmente, aprimorando as ferramentas já existentes e trazendo outras novas que aproximem da vida partidária militantes, filiados e filiadas e simpatizantes", diz o documento. Esse é um campo em que os bolsonaristas estão bem à frente.

TRF1/Reprodução



Seguindo o rastro

Indicado ontem pelo presidente Lula para a vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o desembargador federal Carlos Augusto Pires Brandão chegou ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região há 10 anos por merecimento. Ele assumiu a vaga que pertencia ao então desembargador Reynaldo Soares da Fonseca que se tomava ministro do STJ. Agora serão colegas.

Ainda falta

Falta ainda ao presidente Lula escolher quem vai suceder a ministra Laurita Vaz entre os nomes que integram lista formada por integrantes do Ministério Público. Nessa disputa, todos já foram favoritos e derrotados. A espera é um suspense. Estão no páreo: Marluce Caldas, do Ministério Público de Alagoas; Sammy Barbosa Lopes, do Ministério Público do Acre; e Carlos Frederico Santos, do Ministério Público Federal.

Superavit

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa realiza, nesta quarta-feira (28), às 10h, a primeira audiência pública do ano para discutir a execução orçamentária do Distrito Federal em 2025. O relatório, referente ao primeiro quadrimestre do ano, será apresentado pela Secretaria de Economia do DF. O balanço mostra um cenário de estabilidade nas contas públicas. Até abril, o DF arrecadou R\$ 12,1 bilhões, o que corresponde a 34% do total previsto para o ano. As despesas ficaram em R\$ 10,7 bilhões no mesmo período, resultando em um superavit orçamentário de cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Expressão da violência de gênero

A senadora Leila Barros (PDT-DF), líder da bancada feminina no Senado, divulgou nota de apoio à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pelo embates durante audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado. Marina foi interrompida várias vezes, teve o microfone cortado e foi alvo de ironia por parte de senadores. "O episódio envolvendo a ministra Marina Silva não é isolado. É mais uma expressão da violência de gênero o que tantas mulheres enfrentamos nos espaços de poder", disse Leila.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

"Me respeite, ministra, se ponha no teu lugar"

Senador Marcos Rogério (PL-RO), presidente da comissão de Infraestrutura do Senado

"Não posso aceitar que alguém me diga qual é o meu lugar. Meu lugar é na defesa da democracia, do meio ambiente, do combate à desigualdade"

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente

Ed Alves/CB/D.A Press



Estreia Conteúdo

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EDUCAÇÃO / A decisão foi tomada durante assembleia com cerca de 7 mil servidores presentes, que reivindica 19,8% de reajuste, além da reestruturação do plano de carreira. Ibaneis considera paralisação política. GDF vai recorrer à Justiça

Professores em greve na segunda

» MILA FERREIRA

Professores e orientadores da rede pública de ensino do Distrito Federal aprovaram greve da categoria, que iniciará a partir da próxima segunda-feira. A decisão foi tomada em assembleia realizada ontem. Por lei, é preciso aguardar 72 horas entre a aprovação do indicativo e o início da greve. De acordo com o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), cerca de 7 mil representantes da categoria participaram da assembleia, que foi a maior deste ano. Ao final da votação, o grupo fez uma passeata que seguiu do Eixo Cultural Iberoamericano até o Palácio do Buriti. A ideia era fazer um ato simbólico para comunicar o governador Ibaneis Rocha da greve. A passeata ocupou duas faixas do Eixo Monumental e causou grande lentidão no trânsito no horário do almoço.

Ao **Correio**, Ibaneis Rocha classificou a greve como política. "O sindicato está em época de eleição e, com isso, professores e famílias estão sendo usados pela atual diretoria", disse. "Ainda estamos pagando a última parcela do acordo anterior", acrescentou o chefe do Executivo, referindo-se à greve que aconteceu em 2023 e durou 22 dias. Na ocasião,

o governo se comprometeu em cumprir 17 pontos caso os docentes encerrassem a paralisação, como incorporar a Gratificação de Atividade Pedagógica (Gaped) e a Gratificação de Atividade de Suporte Educacional (Gase) em 6 (seis) parcelas de 5% (sendo a primeira neste ano) e nomear todos os candidatos aprovados no último concurso público.

Recurso

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal informou, na tarde de ontem, que ingressará com medidas judiciais contra a greve. A secretaria vai recorrer à Justiça sobre o interesse coletivo, com o intuito de assegurar o pleno funcionamento das escolas e responsabilizar o Sinpro-DF por eventuais prejuízos financeiros ao erário, demonstrando a ilegalidade do movimento paredista. "Entendemos que o movimento possui caráter abusivo, ilegal e desproporcional, com impactos diretos sobre o funcionamento da rede pública e prejuízos irreparáveis aos estudantes e suas famílias", disse a pasta, em nota.

A categoria está em campanha salarial e reivindica 19,8% de reajuste, além da reestruturação do plano de carreira, com

Ed Alves/CB/DA Press



A greve foi aprovada em assembleia. Logo depois, os manifestantes seguiram em passeata rumo ao Buriti

diminuição do tempo para chegar ao topo da tabela salarial. Além disso, os professores reivindicam o dobro do percentual de titulação atualmente aplicado para professores com especialização, mestrado e doutorado. Hoje, os percentuais são, respectivamente, de 5%, 10% e 15% sobre o vencimento básico. A reivindicação é que os percentuais sejam atualizados para 10%, 20% e 30%.

Representantes do Sinpro se reuniram, no último dia 21, com o secretário executivo da Secretaria

de Educação do DF, Isaías Aparecido. Na ocasião, foi informado que o Governo do Distrito Federal (GDF) não apresentaria uma proposta à categoria. "Sem proposta, não temos outra alternativa a não ser decretar a greve", disse o diretor do Sinpro, Samuel Fernandes.

Diretor do Sinpro, Cleber Soares defendeu os reajustes. "Dinheiro na educação não é custo, é investimento. É isso que temos dito para o governo na mesa de negociação", discursou. "Se não tem proposta, a resposta será coletiva.

O processo de negociação precisa ser propositivo", completou.

Além do reajuste e da reestruturação da carreira, a categoria solicita a recomposição do quadro de professores efetivos. "Hoje, há mais contratos temporários do que efetivos. O governo precisa fazer as nomeações dos professores aprovados", destacou o dirigente do sindicato.

Reivindicações

O professor André Luiz Dias,

do Centro de Ensino Fundamental 404, de Samambaia, atua como temporário desde 2018 e esteve na assembleia para reivindicar melhorias. "Nós temporários conseguimos pouca coisa desde a última greve", salientou. "Eu tenho duas pós-graduações e defendo melhores gratificações para nós que temos pós, mestrado e doutorado. A minha especialização é em orientação educacional para alunos com necessidades educacionais especiais", completou.

A professora Milca Oliveira, da regional de Ensino do Gama, dá aula na rede pública de ensino há 20 anos e também reivindica mudanças. "Já passei por vários momentos de luta pela categoria, pela manutenção dos nossos direitos e em busca de novos. Dentro do Plano Nacional de Educação (PNE), que foi gerado em 2014, tem 10 diretrizes, entre elas, a valorização do profissional da educação. Quando falamos de valorização, não estamos falando só do aspecto financeiro", comentou. "Hoje, temos salas superlotadas, que estão ficando mais lotadas ainda. Várias famílias estão migrando seus filhos para a escola pública. É preciso construir novas escolas para atender a essa demanda", concluiu.